

"Os meus olhos coloridos me fazem refletir": Vivências acadêmicas de mulheres negras em uma universidade pública do Estado do Ceará.ⁱ

"My colored eyes make me reflect": Academic experiences of black women at the public university in the State of Ceará

Adriana Castro Araújo
Natália Viviane Santos de Menezes
Tainah Pinheiro Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza-Brasil

Resumo

Este artigo investiga as vivências de mulheres negras cotistas na Universidade Federal do Ceará (UFC), refletindo sobre o desenvolvimento de ações afirmativas para esse grupo no contexto acadêmico. Foram entrevistadas 30 mulheres autodeclaradas negras e cotistas. Trata-se de uma pesquisa exploratória cujos dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo e o uso do software *Atlas.ti*. Verificou-se que essas mulheres enfrentam discriminações relacionadas a raça, gênero e classe desde a infância e que os estereótipos negativos associados a essas características continuam acompanhando suas trajetórias após o ingresso na universidade. Concluiu-se que, para contribuir para a permanência dessas mulheres no ambiente acadêmico, é necessário desenvolver ações de assistência estudantil tais como apoio financeiro e emocional, além de práticas pedagógicas que promovam o letramento racial.

Palavras-chave: Vivências acadêmicas; Mulheres negras; Universidade pública.

Abstract

This article investigates the experiences of black women who are quota students at the Federal University of Ceará (UFC), reflecting on the development of affirmative actions for that group in the academic environment. Thirty self-proclaimed black and quota student women were interviewed. This is an exploratory research and data was analyzed using content analysis technique and the software *Atlas.ti*. These women were found to face race, gender and class discrimination since childhood. Additionally, the negative stereotypes associated with those characteristics persist in following their life course after entering a university. It was concluded that contributing to the permanence of these women in the academic environment requires the development of student assistance actions, for instance, financial and emotional support, along with pedagogical practices for racial literacy.

Keywords: Academic experiences; Black women; Public university.

1 Introdução

Sabe-se que as mulheres negras há décadas apresentam os piores indicadores sociais do país. Elas têm os piores empregos e os mais baixos salários, além de serem as principais vítimas da violência doméstica, do feminicídio, entre outros iníquos indicadores que já se tornaram conspícuos e foram evidenciados por dados estatísticos (Carneiro, 2011; Carvalho; Oliveira, 2017a, Carvalho; Oliveira, 2017b). Sabe-se ainda, embora sejam fenômenos menos publicizados, que essas mulheres sofrem incontáveis situações de discriminação em decorrência dos múltiplos elementos associados às questões sexistas, classistas e de gênero (Marcondes *et al.*, 2013; Davis, 2016; hooks, 2017; Germano; Costa, 2019; Kilomba, 2019).

No entanto, pouco se faz para mudar esse cenário em termos de desenvolvimento de políticas afirmativas no país voltadas para esse grupo social. É fato que se trata de um problema estrutural decorrente de séculos de discriminação negativa, patriarcalismo e escravidão. Contudo, faz-se necessário desenvolver ações com foco na intersecção de elementos estigmatizadores que repercutem sobre essas mulheres, pois estamos nos referindo à melhoria de indicadores sociais atinentes a um contingente de pessoas que representa 23,4% da população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2018 (IBGE, 2019).

Importa socialmente intervir nessa realidade caso se busque a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Desta feita, compreender como se materializam as dinâmicas de opressão que afetam as mulheres negras parece um caminho profícuo para orientar o desenvolvimento de políticas afirmativas que intentem reparar séculos de danos históricos.

Nesse sentido, o ensino superior público é crucial para a emancipação social, especialmente através de políticas afirmativas como a Lei de Cotas e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2012, 2024). Embora essas políticas tenham aumentado a representatividade multicultural, ainda há obstáculos significativos para a permanência e sucesso acadêmico de grupos oprimidos. Dados do Censo Demográfico 2022 mostram que maior escolaridade está associada a menor taxa de desocupação (IBGE, 2022). A pesquisa de Delboni (2023) indica que a escolaridade é o principal fator de diferença salarial no Brasil, seguido pelo gênero. Estudos de Carvalho e Oliveira (2017a, 2017b) mostram que a violência doméstica se correlaciona negativamente com o salário-hora das mulheres, sendo maior

entre mulheres negras, e que mulheres com nível superior completo apresentam menor taxa de violência doméstica em comparação com aquelas com menor escolaridade.

Mesmo acessando o ambiente universitário, as mulheres negras encontram-se em condições de desvantagem quando comparada aos demais segmentos estudantis, haja vista o estigma e a discriminação estrutural a que estão submetidas. Estudos recentes sobre mulheres negras em instituições do Ensino Superior, por um lado, revelam que o acesso a esse nível de educação leva essas mulheres à tomada de consciência crítica sobre as circunstâncias históricas e sociais causadoras da discriminação e da opressão social; por outro lado, tornam evidentes as lutas dessas mulheres para se manter no ambiente acadêmico e concluir a formação com êxito (Cordeiro; Auad, 2021; Fogaça; Trindade, 2021; Silva; Ferrari, 2021; Dentz, 2020).

Germano e Costa (2019) apontaram em suas pesquisas que as cotistas negras na Universidade Federal do Tocantins enfrentam estigmatização sexista, racista e classista, dificultando sua permanência na academia. Muitas dessas mulheres preferem silenciar diante de discriminação e constrangimento. Silva e Ferrari (2021) também identificaram que as mulheres negras sofrem violência racial desde cedo, sendo estereotipadas negativamente desde a infância.

Por conseguinte, é importante considerar o quão difícil pode ser para essas mulheres concluírem seus estudos no ensino superior. A menos que as mulheres negras encontrem condições favoráveis para permanecer em seus cursos e finalizá-los com êxito, será improfícua a tentativa de enfrentar a exclusão e a opressão no interior das universidades.

Diante desse contexto e no intuito de refletir sobre o desenvolvimento de políticas afirmativas que intentem direcionar o olhar para esse grupo de mulheres no âmbito da universidade pública, buscamos investigar as vivências acadêmicas das mulheres negras cotistas na Universidade Federal do Ceará (UFC), levando em consideração aspectos atinentes ao processo de reconhecimento racial e a opinião dessas mulheres acerca da política de cotas na universidade. Interessou-nos ainda investigar se essas mulheres se sentem discriminadas no ambiente acadêmico e como elas se percebem no relacionamento com os pares e com os docentes.

Para tanto, entrevistamos 30 mulheres autodeclaradas negras que ingressaram na Universidade Federal do Ceará (UFC) por meio de cotas, firmando assim critérios de gênero,

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

raça e classe. Esta pesquisa tem natureza qualitativa (Minayo, 2002) e nos propiciou abordar uma realidade pouco investigada, considerando o olhar, a fala, a percepção e as necessidades das mulheres negras que ingressam no ensino superior. Trata-se de um estudo do tipo exploratório (Gil, 2008), que visa entender as dificuldades enfrentadas por essas mulheres no ambiente acadêmico para desenvolver políticas afirmativas mais adequadas. Utilizando uma amostra não probabilística intencional (Gil, 2008), as entrevistas semiestruturadas foram realizadas em 2023 com estudantes de diferentes áreas de conhecimento e distintos turnos e *campi* da UFC localizados em Fortaleza. Os dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011) e o *software Atlas.ti*. Ressalta-se que todos os aspectos éticos da pesquisa foram respeitados.

A análise dos dados deu origem a três seções de discussão dos resultados. Para cada seção foram inferidas as categorias de análise pertinentes. Dessa forma, ao tratar do processo de reconhecimento racial das entrevistadas, foram extraídas as categorias “racismo”, “embranquecimento” e “corpo”; na seção sobre política de cotas, encontramos as categorias “desigualdade de oportunidades”, “capital cultural” e “acesso e permanência”; na seção sobre violência simbólica, finalmente, extraímos as categorias “discriminação”, “silenciamento” e “não lugar”. Para alicerçar as discussões, usamos as falas das entrevistadas, ilustradas pela palavra ‘mulher’ seguida do número correspondente à ordem cronológica de realização da respectiva entrevista, com o intuito de preservar o sigilo de suas identidades.

2 Reconhecimento racial: “A verdade é que você; Tem sangue crioulo; Tem cabelo duro; Sarará crioulo”

A valorização de uma estética branca nos cabelos, olhos e pele em detrimento das características fenotípicas negras pode trazer ao negro, desde muito cedo, a percepção de que ser negro é ser algo feio, desajeitado ou sujo (Souza; Teruya, 2021). Ao analisar as respostas das mulheres entrevistadas no que se refere aos seus processos de reconhecimento racial, verificaram-se vários relatos de racismo. Em muitos casos, constatamos que as primeiras experiências de preconceito racial são vividas ainda na infância, como a Mulher 5 ressalta:

Eu lembro que eu tinha uma amiga do meu bairro, uma amiga branca. Eu gostava muito de brincar com ela [...] E ela tava com outra amiga branca. E aí eu cheguei na casa dela, bati na porta e falei assim: ‘Amiga, vamos brincar?’. [...] E

aí ela falou assim: ‘Amiga, acho que não vai dar pra gente brincar.’. E eu falei: ‘Por quê?’. E ela falou assim: ‘Não, porque eu tô aqui com a minha amiga e ela tem medo de pessoas negras.’. [...] aí isso deu um tapa em mim, porque eu pensei: ‘Meu deus do céu! Tem alguma coisa errada comigo.’. E aí [...] eu passei a alisar o cabelo [...] passei a frequentar lugares majoritariamente brancos, eu passei a ser amiga de pessoas brancas [...] Aí, depois disso, fiquei como se tivesse reprimido essa situação, que foi uma violência e aí eu lembro que fui embora. Peguei meu saquinho de brinquedo e fui embora para casa. Mas eu era criança, então, eu não chorei ou coisa do tipo, eu fiquei triste por ela não brincar comigo, eu não fiquei triste porque a menina foi racista, que eu sabia o que era racismo não, entendeu?

Mesmo recorrendo à narração de casos de discriminação racial em seus discursos, a maioria das entrevistadas afirmou que, à época, não entendiam por que estavam passando por aquela violência e, muitos menos, sabiam nomeá-la de racismo. Muitas entrevistadas declararam que essas experiências de discriminação atrapalharam os seus processos de reconhecimento racial, seja em função do estereótipo negativo associado às suas características físicas ou por conta dos medos decorrentes dos traumas.

Segundo Bento (2014), a valorização de um padrão branco introjeta na subjetividade da população negra uma atitude de preconceito acerca de sua própria identidade, o que contribui para o silenciamento sobre si. Em meio à recusa de seu fenótipo e ao acolhimento do outro, o negro olha para sua aparência física com rejeição e tenta alcançar características do branco, por exemplo, alisando seu cabelo (Barboza; Pasquantonio; Pino, 2018).

Discursos sobre tentativas de embranquecimento do corpo foram praticamente uma unanimidade entre as entrevistadas. A maioria delas, inclusive, passou por seus primeiros processos de alisamento capilar ainda na infância e afirmaram não gostar do procedimento, como vemos no relato da Mulher 2:

Eu cresci com cabelo liso. Eu era muito pequena quando fui levada para alisar o cabelo e eu nunca gostei. Sempre odiei ter o cabelo liso. Eu me olhava no espelho e dava vontade de chorar, porque eu odiava. Só que eu não sabia que era possível eu voltar pro cabelo natural. Para mim era isso: eu tinha que passar a vida com o cabelo liso, gostando ou não

A pele é outro alvo recorrente do branqueamento, seja através do uso de maquiagem mais clara ou evitando exposição ao sol, conforme relato da Mulher 18:

[...] desde que eu era criança, as crianças chegavam pra mim e perguntavam: ‘Sua cor é assim mesmo ou tá suja?’. As pessoas me diziam: ‘Não vai pegar muito sol, senão você vai ficar preta!’ [...] e quando eu cresci, que tinha a época de

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

arrumar um namorado, o pessoal dizia que eu tinha que arrumar um namorado branco.

Nosso corpo revela o modo como nos posicionamos no mundo, e é através da comparação das características do corpo negro com as do branco europeu colonizador que se constrói um padrão de beleza e “feiura” que nos acompanha desde a infância. Para nossas entrevistadas, essa percepção se confirma quando o padrão de beleza que valoriza a “brancura” impactou suas relações sociais e a forma como elas se relacionavam com sua pele e cabelo, seja alisando os crespos ou evitando o sol para manter a pele mais clara.

A experiência corporal é sempre modificada pela cultura, segundo padrões culturalmente estabelecidos. No Brasil, estereótipos ligados à “depravação sexual” da mulher negra tem origem no período escravagista, na construção da farsa histórica de que as relações sexuais entre senhores brancos e mulheres escravas eram desprovidas de coação e violência, como se as negras tivessem virado “concubinas” por livre e espontânea vontade (González, 2020). Parece que esse estereótipo persiste, ainda hoje, na construção da identidade da mulher negra, como podemos verificar nos relatos da Mulher 4 e da Mulher 10:

Na minha adolescência foi muito difícil por eu entender que eu só servia pra alguém me sexualizar. Nunca ser assumida, essas coisas... Nunca ser levada em conta, sempre às escondidas. E sempre teve aquela diferença, porque a maioria das minhas amigas eram todas brancas, então elas não entendiam muito bem quando eu falava: ‘Ai, mas ele não quer ir para uma praça não, quer ir para casa dele’. E elas diziam: ‘Ai, mas o menino, ele quer ir para casa comigo, ele me chama para ir comer alguma coisa.’ Comigo nunca ocorreu isso, era sempre sexualizando. E eu sofria muito com isso, porque eu mesma me sexualizava.

[...] com doze anos, eu participei de um desfile. E o cara que estava narrando o desfile falou assim: ‘Olha só! A morena sensual.’. E aí tipo... É louco! Porque, na época, até minha família, inclusive, pessoas negras acharam isso ‘ok’, que era um elogio. E aí, quando eu fui me racializando, eu fui percebendo o quão violento era. Porque eu era uma criança de doze anos! E já, aos doze anos, já era, a mim, atribuída uma hipersexualidade.

Algumas entrevistas também mencionaram o uso de termos como “morena”, “mulata”, “café com leite” para definir a expressão da cor de sua pele. Para a entrevistada Mulher 25, a tentativa de arranjar adjetivos diferentes da designação “negra” para definir a sua raça tinha o objetivo de “negar a minha condição, a minha situação, como se aquilo fosse algo ruim [...] Não era ‘pra mim’ dizer que era negra, era morena, sempre. Morena, moreninha, parda. Porque ser negra era algo que ia me classificar”.

A partir desses relatos, percebemos que o discurso da mestiçagem ainda se encontra muito presente no imaginário popular, relativizando as fronteiras de cor como forma de negar o racismo. As pessoas negras de pele clara continuam sendo questionadas e se questionando em relação à sua negritude: “eu sempre ouvi que eu não era preta e aí isso criou uma coisa dentro da minha cabeça de não pertencimento”, afirmou a Mulher 24. Muitas entrevistadas que se autodeclaram como pardas afirmaram sentirem-se em uma espécie de “limbo racial” ou em um “lugar de não lugar”, no qual há uma espera pela validação do outro em relação à própria negritude.

Sem se enxergar de forma racializada, pessoas negras de pele clara podem passar a vida inteira sem pertencimento racial, daí a importância de se trabalhar as subjetividades da população negra, por meio de saberes construídos e sistematizados ao longo da história (Souza; Teruya, 2021). Nesse sentido, a entrevistada Mulher 11 relatou que, ao ingressar na universidade, foi introduzida a uma série de textos e livros sob a perspectiva do debate étnico-racial, ocasião em que passou a ter contato com a obra de escritoras negras sobre o tema. Para esta aluna, foi o contato com esses saberes que a fez entender mais sobre sua identidade.

A representatividade também é uma estratégia valiosa para favorecer o enfrentamento do racismo e apoiar a construção identitária positiva de crianças e de adolescentes pretas e pretos (Correa; Silva Junior; Carvalho, 2022). Ao refletirem sobre seus processos de reconhecimento racial, muitas entrevistadas associam o estreitamento de relações com outros negros racializados e o encontro com sua identidade negra.

Há casos em que essas relações começam a se formar ainda na escola. Em outros se iniciam no ambiente universitário como verificamos no relato da Mulher 14: “eu vim para cá e aí eu comecei a ser elogiada por isso [...] você vai conhecer outras pessoas que ‘vai’ te achar bonita, que vai dizer: ‘Nossa! Seu cabelo é bonito, sua boca é muito bonita’”.

Percebemos que é necessário ampliar a quantidade de pretos e pretas nas linhas de frente, para que crianças e adolescentes possam construir suas representações tendo como referências sujeitos que retratam seus marcadores identitários (Correa; Silva Junior; Carvalho, 2022). Além disso, conforme Munanga (2012), é preciso resgatar a história e a autenticidade do povo negro, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

historiografia colonial e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua humanidade e autoestima.

Essa relação entre autoestima e história pode ser observada nos discursos das mulheres entrevistadas. Muitas vezes, o resgate dessa autenticidade negra começa com a aceitação do cabelo natural. Também é muito comum que essas mulheres não passem sozinhas por esse processo, frequentemente, quando uma mulher negra inicia uma transição capilar, outras a seguem.

De acordo com Gomes (2023), o cabelo crespo ainda pode ser visto, principalmente por mulheres, como um incômodo que por vezes traz dúvidas de como se posicionar, visto que o cabelo negro não possui lugar de destaque na beleza feminina nas mídias. Porém, o cabelo crespo também ocupa um papel importante na identidade da mulher negra e é através dele que ela sente o resgate de sua beleza e individualidade afrodescendente.

Entre as mulheres entrevistadas, aquelas inseridas em um ambiente familiar que valorizava a negritude e os aspectos da sua ancestralidade tiveram seus processos de reconhecimento racial facilitados, conforme constatamos com a fala da Mulher 30:

Eu me reconheço como uma pessoa preta. Sim, até porque toda minha família é. [...] toda a minha família já tem esse entendimento de reconhecimento racial e tudo mais. E isso se deu desde a fase infantil [...] E tipo, eu me dou muito bem com isso, sabe? Acho que tenho orgulho da minha cor e de toda a trajetória que o meu povo enfrentou durante todos esses anos e a questão da luta e tudo mais.

Observamos que, quando essas mulheres vivenciam experiências negativas acerca da sua identidade negra, elas tendem a introjetar atitudes de preconceito contra si mesmas, o que atrapalha o processo de reconhecimento racial. Por outro lado, foi possível identificar pelo menos três elementos facilitadores desse mesmo processo, para as alunas entrevistadas: a representatividade, o letramento racial e a ancestralidade.

3 Cotas na universidade pública: “Eu estou sempre na minha; E não posso mais fugir”

A política de cotas baseia-se em um quadro cognitivo no qual há uma intersecção entre o princípio normativo da igualdade e a exigência da diferença (Mello, 2017). Essa política reconhece a desigualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais e busca superá-la promovendo maior equidade na distribuição de direitos. Sobre como essas desigualdades afetam as mulheres negras entrevistadas, trazemos os relatos da Mulher 25 e da Mulher 1, respectivamente:

Você compete literalmente com pessoas que tiveram acesso a uma educação com muito mais qualidade, com professores particulares, professores capacitados, com escolas com estruturas completamente diferenciada da estrutura da escola pública [...] as pessoas não compreendem toda essa questão da política pública que são as cotas, né? O quão valiosa ela é para aquela pessoa que já vem repleta de “não oportunidades”, né? Por que eu digo “não oportunidades”? Porque não é simplesmente o fato de você construir a oportunidade, mas é das circunstâncias e do meio que não proporciona isso.

[...] os brancos, eles vivem na alta concorrência, só que para eles não é tão concorrência assim porque eles sabem que esse lugar já é deles, porque muitas vezes o pai, os avós, eles já têm acesso a livros muito antes, eles já têm o hábito da leitura muito antes, eles já têm capital cultural muito antes

Dessa forma, confirmando os achados de Dentz (2020), as categorias bourdieusianas de “herança cultural” ou, no caso brasileiro, “herança escolar” parecem dialogar diretamente com as situações enfrentadas por essas mulheres negras cotistas. Segundo Bourdieu (2007), a educação iniciada na infância no seio familiar torna-se fator constituinte dos êxitos escolares. Quanto maior o volume de capital cultural familiar acumulado, maiores serão as chances de seus descendentes.

A função social da distinção se revela no âmbito não apenas das posses materiais e do poder econômico, mas também dos bens simbólicos. Tais bens vão desde obras de arte e diplomas universitários até a maneira de se vestir e de se portar. No âmbito acadêmico, esses elementos parecem repercutir de forma ainda mais conspícua, como destacamos nas falas das Mulher 11, da Mulher 1 e da Mulher 7, respectivamente:

Eu acredito que [a política de cotas] não é tão eficaz quanto deveria, porque, ainda assim tem muitas pessoas pretas fora da faculdade, que veem esse sonho da universidade distante ou acabam se encaminhando para outros rumos da vida, porque não se vê nesses espaços. Enfim, ou porque não são induzidas para eles desde pequena

Para mim, a faculdade só tinha muita pessoa branca. E, realmente, a maior quantidade de brancos que eu já vi, na minha vida, foi dentro da universidade. Entendeu? Tipo assim, pessoas bem brancas mesmo. Porque, até na favela, pode até ter muita gente branca, mas [...] são brancos que são frutos de uma relação interracial. Só que, aqui, eu percebo pessoas que são muito brancas.

Na maioria das vezes, esse discurso [de que a pessoa que entra por cotas é burra] existe na universidade. Eu escuto muito isso de uma galera do outro lado, do particular, que dizia: “Valha! E porque tu não passou [sem cota]? Por que tu não vai lá e mostra que pode [passar sem cota]?”. Entendeu? De dizer que a gente roubou a vaga. Essas besteiras que a gente escuta. A gente não roubou a vaga. É só o que é nosso, esse espaço é meu também.

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

Bourdieu (2015) chamou a atenção para a capacidade do sistema de ensino em ocultar os privilégios das classes dominantes, ao disseminar a ideia de que os estudos bem-sucedidos justificariam a hierarquia social e ao dissimular o fato de que os ditos estudos bem-sucedidos são, na maior parte das vezes ou mais facilmente, realizados pelos alunos das classes privilegiadas.

Os resultados da pesquisa nos permitem observar que o capital escolar herdado da família corrobora de maneira direta o sistema escolar e universitário e se coloca como grande desafio para as mulheres negras universitárias. Por conta dessa condição, as cotistas, que não são herdeiras desse capital, percebem o sonho do curso superior como distante da sua realidade, porque não se enxergam nesses espaços ou, quando conseguem, são continuamente provocadas a provar que merecem essas vagas.

Apesar de favorecer o acesso de grupos sociais marginalizados ao ensino superior, a política de cotas, *per si*, não garante a superação dos obstáculos que envolvem ingressar e permanecer no ambiente acadêmico enquanto uma mulher negra periférica. Sobre os obstáculos à permanência dessas mulheres, destacamos as falas das Mulheres 8, 13, 7 e 28 respectivamente:

[...] eu acho que falta um suporte maior, porque eu sou negra em uma universidade. Quando eu entrei, eu era de grupos vulneráveis, tinha vulnerabilidade social. Então eu fui atrás de BIA (bolsa de iniciação acadêmica). Fui atrás de auxílio. E, enfim, junta um monte de documentos e você assina ‘termos e termos’. É bem... Tem que estar com o juízo muito bom, porque é um transtorno. Então, acho que falta suporte nesse sentido de garantir a nossa permanência.

Teve umas semanas, no início de Abril, que eu não vim porque eu não tinha dinheiro da passagem. E daí eu... Como eu vou explicar essa ausência pro professor? Eu vou dizer: “Olha professor eu não tenho dinheiro pra vim pra sua aula”. Assim, é... Eu não sei explicar... E [eu] preciso muito de terapia para poder dizer isso. Mas... é ruim você ter que dizer isso. É muito associado com a vergonha. Com a falta de... Pôxa! Aquela pessoa vai me ver como coitada, que não tem 1,50 para ir pra aula. E é sempre uma... Uma questão que eu acho que a gente, pessoas negras, quer se dissociar desse lado do coitadinho.

[...] a gente (pessoas pretas) está sempre no corre. A gente não é essa galera da universidade que consegue passar o dia na universidade. Infelizmente, a gente não é. Ou a gente está atrás de emprego e a gente ainda corre na universidade. E, às vezes, a universidade não permite viver ela por completo. Porque a gente sempre precisa estar no estágio. A gente precisa estar fazendo qualquer outra coisa. Esse tempo de viver “a” universidade, a gente não consegue.

[...] enquanto um colega mora próximo à universidade, tem um carro e tal, tem uma facilidade de chegar, de transitar entre a universidade e os espaços que a universidade abre pra gente, talvez, pra pessoas como eu, seja muito mais difícil. Eu tenho que dormir três horas por noite pra tá aqui, pra cumprir com as obrigações.

A raça é distribuída distintamente no espaço social, de modo que as periferias, enquanto espaços de marginalização, são ocupadas majoritariamente pela população negra. Ao mesmo tempo, as mulheres negras são as mais atingidas com empregos informais e instabilidade financeira. Em suma, as estatísticas demonstram que, no Brasil, a pobreza é localizada racial e sexualmente (Bezerra, 2018; Biroli; Miguel, 2015).

Dessa forma, é interessante perceber que, nas falas destacadas acima, estão subentendidas tanto uma distância territorial quanto uma distância simbólica entre a periferia e a universidade. As mulheres negras que vêm desses contextos de exclusão enfrentam problemas complexos para se manter na universidade.

Essas distâncias têm implicações materiais e simbólicas para a permanência, pois impactam na disponibilidade de recursos financeiros para o atendimento de necessidades básicas, na administração do tempo que envolve cumprir duplas e até triplas jornadas de estudo e trabalho, na dificuldade de se identificarem com o grupo dos demais universitários, e, na sensação de não pertencer a um espaço que ainda é predominantemente branco e elitizado.

Por outro lado, aqueles que se encontram nas posições mais elevadas da pirâmide social, além de conjugarem patamares superiores de rendimento médio e ocupações mais valorizadas, também possuem maior acesso a espaços, redes de contatos e respeito (Biroli; Miguel 2015). Nesse sentido, permanecer na universidade se configura como um fenômeno de resistência para as mulheres aqui em foco, por romper com a alta probabilidade de não finalizarem seus cursos.

A reserva de vagas para pessoas negras nas universidades públicas é, sem dúvida, um avanço na tentativa de reduzir a desigualdade de oportunidades que separam pretos, pardos e brancos no Brasil. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa iniciativa deve ser celebrada, não podemos deixar de apontar as suas limitações, de modo a garantir que as ações afirmativas cumpram seu papel social. Dessa forma, ampliar vagas, encontrar mecanismos que aumentem a diversidade dos ingressantes e elaborar políticas públicas de apoio à permanência parecem ser as principais necessidades aqui apontadas.

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

4 Violência simbólica na academia: “Você ri da minha roupa; Você ri do meu cabelo; Você ri da minha pele; Você ri do meu sorriso”

O conceito de violência está inserido em um contexto que vai muito além de atos violentos físicos ou verbais. Ele é percebido na violência simbólica sofrida de forma invisível (Barboza; Pasquantonio; Pino, 2018). Essa violência simbólica se manifesta no ambiente universitário conforme ressalta a Mulher 13, Mulher 14 e Mulher 19, respectivamente:

Já me senti [discriminada] por professores e colegas. Não foi um racismo direto, foi um racismo velado. Racismo estrutural que a gente vivencia todos os dias, sejam nos programas de disciplina, falas de colegas, concepções sobre os conteúdos. Já aconteceu várias vezes, percebi várias vezes falas racistas discriminatórias de professores e de alunos.

O professor dizia assim: “Eu tive uma aluna, negra e pobre, que conseguiu tal bolsa”. Então, querendo ou não, essa [forma de falar]: “Uma aluna negra e pobre – até ela – conseguiu uma bolsa”. Tipo, isso dói em uma parte de mim, mas eu não sei te dizer exatamente como é. Mas esse tipo de fala já aconteceu

Eu estava tendo uma aula, não me lembro qual era a cadeira agora, alguma coisa de... de economia política, alguma coisa assim. E eu estava com um turbante na sala de aula mesmo. E aí o professor... Ele era bem engraçadinho. E ele acabou soltando essa: “Ei! Isso que está na tua cabeça não é de macumba não, né?”. Eu, tipo, fingi que não ouvi: “Professor, o que foi que o senhor falou?”. Aí, ele: “Besteira aqui, eu estou falando besteira”.

As vivências descritas acima, por essas três mulheres, retratam formas veladas ou recreativas de as rebaixar em função do seu gênero, raça e classe social, reforçando estigmas e atribuindo estereótipos negativos a elementos da cultura negra, como o caso do turbante, um acessório feminino de origem africana. Sobre esse fenômeno, Bezerra (2018), em sua investigação sobre violência simbólica no cotidiano da universidade, concluiu que, apesar do racismo “escrachado” ainda ser comum, as formas sutis com que se inferiorizam as pessoas negras são encontradas em proporção mais exorbitante neste ambiente.

Ainda sobre essas formas sutis de violência, a Mulher 9 afirmou que, no ambiente universitário, a discriminação racial “[é] o olhar torto. É desconsiderar sua fala. É dizer: ‘Ah! Você entende disso?’. Tipo: ‘Você não devia entender’. Então, assim, são mais entrelinhas”. Identificamos ainda mecanismos de silêncio e cumplicidade que reforçam esse tipo de violência, como observamos nas falas da Mulher 4, da Mulher 2 e da Mulher 8 a seguir:

[...] às vezes eu sinto que as minhas opiniões não são ouvidas pelos professores. Principalmente, porque eles não dão tanta atenção assim, porque, apesar de ser

Ciências Sociais, a minha sala tem muita gente, muitas pessoas brancas e que veio de escola particular, mas geralmente essas pessoas têm ensino diferente, tipo assim, outra língua de inglês, que sabem usar palavras difíceis, que já leram Durkheim no ensino médio, então tem uma base sobre isso. Eu sinto que quando a gente vai falar... porque eu não falo em uma linguagem sociológica, com palavras difíceis, eu sou mais direta [...] Então acho que às vezes não sou levada a sério em relação a isso de não saber me expressar bem, não usar palavras bonitas e essas coisas. E por ser de periferia, ser pobre, ser uma mulher negra

Eu tenho muita insegurança intelectual. Então, eu tenho muita insegurança na minha fala, falo pouquíssimo em sala de aula, raramente mesmo. E aí a insegurança com escrita, com trabalhos, porque a gente chega em sala de aula e tem pessoas que estão com notebook, estão com tablet, que vem de escola particular e [...] essas pessoas estão acima de mim e elas sabem de tudo e eu não sei quase nada. E elas têm uma base, assim, de livros. Elas conseguem citar autores, eu não consigo nada, eu não conheço nem esses autores

Eu tento ser uma aluna boa, já por causa da minha idade, da cor, da maternidade. Então, eu tento sempre manter um patamar de notas boas. E tento fazer... Eu sou muito rigorosa comigo mesma. Então, eu acho que essa cobrança que eu me faço já é por conta desses traços, dessas questões

A universidade valoriza e premia o estudante avaliado como de alto rendimento. Assim, por conta das pressões impostas pelo seu conjunto de condições estigmatizadoras e na busca por um reconhecimento que lhes é negado, essas mulheres sentem a necessidade de uma supercompensação através do alto rendimento escolar.

Entretanto, a suposta neutralidade dos critérios de avaliação do sistema de ensino, na verdade, consiste em uma dissimulação das desigualdades que acompanham as trajetórias escolares dos dominados frente às trajetórias, em geral, bem-sucedidas, dos dominantes (Bourdieu, 2015). Isso nos faz refletir sobre como essas mulheres são mais vulneráveis ao adoecimento mental dado o excesso de cobrança a que elas se expõem.

Essa suposta neutralidade dos critérios de avaliação, portanto, constitui-se como violência simbólica a essas alunas. Por sua posição na estrutura das relações de poder, elas têm de se esforçar muito mais para assimilar os próprios princípios da dominação simbólica à qual estão expostas (Bezerra, 2018).

Outra manifestação da violência simbólica identificada no ambiente universitário, refere-se ao cerceamento do direito de fala dessas mulheres, retratado nos episódios de silenciamento destacados nas falas da Mulher 5 e da Mulher 1:

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

Uma professora do segundo semestre me calou diante de uma atitude de racismo de um colega. Aí, quando eu fui falar, a professora disse: ‘Não! Você não vai falar. Porque eu acho que não é o momento de você falar. Porque, enfim, a gente vai ter que parar de tumultuar aqui’. [...] ela acabou chamando de tumulto. [...] Ela achou que, por eu tentar defender isso, eu ia causar um tumulto na situação

E sempre tem que ser de um jeito manso, sabe? Às vezes, eu tô muito empolgada para falar de alguma coisa e, talvez, pareça que seja violenta a forma como eu estou falando. Talvez, pareça que seja um ataque. Só que não é um ataque ao professor. Entendeu? Eu só queria falar daquela coisa de um jeito empolgado. Só que aí, tal hora, ele acha que, sei lá, é um ataque à ciência. Entendeu?

Percebemos, muitas vezes, que esse silenciamento vem acompanhado do que Saad (2020, p. 56) definiu como policiamento de tom, isto é, “uma tática usada por aqueles que têm privilégio de silenciar aqueles que não o têm, concentrando-se no tom do que está sendo dito e não no conteúdo real”. Assim, o uso de termos como “tumulto” ou “ataque” para fazer referência mais ao tom do que à essência do que se fala acaba constituindo-se como uma tática para apagar a presença dessas mulheres em sala de aula.

Ademais desse fenômeno atinente à tentativa de apagamento, constatamos que a inexistência da mulher negra em alguns espaços da universidade também representa uma violência que permeia a vivência dessas mulheres, conforme observamos na fala da Mulher 13 e da Mulher 17:

O curso de Filosofia é extremamente elitista, racista, misógino. [...] E eu faço muito esse recorte social, em todos os lugares que eu tô. De contabilizar, mesmo, quantas pessoas pretas têm aqui. Quantas mulheres têm aqui. Eu faço muito isso, muito, muito. Assim, é instantâneo. Eu chego num lugar, eu já observo isso. E, em determinados momentos, só tinha eu de mulher. E só tinha eu de mulher negra, de pessoa negra na sala

Então, a visão que eu tenho hoje é que... e principalmente na questão que eu faço [um curso] de exatas, que não tem muitas mulheres. Então, a gente brinca dizendo que a gente é a resistência. A gente tá aqui! E principalmente por aguentar. A gente não só entrou, a gente ainda tá aqui, ainda resistindo. Então a gente é a resistência feminina no nosso âmbito. Então, é bem interessante. É muito bom... esse sentimento de [que] eu sou mulher e estou num curso de exatas, de tecnologia. E a parte de ser negra. Hoje, eu faço parte da DUAL, que é a empresa júnior. E a gente tem essa parte da “diversificação”. E a gente até brinca que eu sozinha, bato a meta da DUAL todinha. Porque eu sou mulher, negra e pobre. Então, não precisaria mais de ninguém. [...] Então, a gente brinca, mas no fundo da verdade. Tem toda essa carga

Dessa forma, a falta de representatividade feminina negra no ensino superior ainda denota a universidade como um “não lugar” para essas mulheres negras periféricas. A ideia

de não pertencimento nega à mulher negra o acesso a determinados espaços, deixando-a fora da centralidade das discussões e restrita a um lugar de marginalidade e, portanto, de ausência. As violências simbólicas provenientes desse ambiente hostilizam a presença dessas mulheres e sutilmente continuam passando a mensagem de que a universidade não é lugar de preta, nem de pobre.

5 À guisa de conclusão

O objetivo deste artigo foi investigar as vivências acadêmicas das mulheres negras cotistas na UFC e, com isso, refletir sobre o desenvolvimento de políticas afirmativas voltadas para esse grupo no âmbito da universidade pública. Para tanto, foram considerados aspectos relacionados: ao processo de reconhecimento racial dessas mulheres, à visão que elas têm sobre a política de cotas e às suas percepções sobre discriminação e relacionamentos no ambiente acadêmico.

As entrevistas revelam que as experiências de racismo sofridas por essas mulheres acontecem primeiramente na infância, mas se propagam ao longo da sua vida, atingindo inclusive suas vivências no ambiente acadêmico. Esses episódios de discriminação não se restringem apenas à raça, repercutindo também em aspectos relacionados a sua identidade de gênero, como a hipersexualização de seus corpos e a pressão para se submeterem a processos de alisamento capilar.

Além dos recortes de raça e gênero, essas mulheres, a maioria proveniente da periferia, também carecem do acúmulo de capital econômico e cultural necessários para atingir o êxito escolar. Por isso, a reserva de vagas nas universidades, muitas vezes, configura-se como uma das poucas políticas públicas que contribuem para o acesso desse grupo de mulheres ao ensino superior.

Os efeitos desse conjunto de características estigmatizantes – raça, gênero e classe – continuam acompanhando a trajetória dessas mulheres após o ingresso na universidade, impactando sobremaneira nas suas chances de permanência e sucesso acadêmico. Assim, essas mulheres enfrentam problemas relacionados à falta de recursos financeiros, às distâncias entre a universidade e sua casa ou local de trabalho, às dificuldades de se identificarem com os demais universitários e à sensação de não pertencer a um espaço que ainda é predominantemente branco, elitizado e, muitas vezes, masculino.

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

Dessa forma, além das mais notórias dificuldades materiais, essas mulheres também enfrentam outras hostilidades mais sutis, quase invisíveis, que se manifestam na forma de violências simbólicas no ambiente universitário. Ali, o racismo quase sempre é velado e, muitas vezes, recreativo; os critérios de avaliação dissimulam as desigualdades que acompanham as trajetórias escolares dos dominados frente aos dominantes; e o apagamento acontece por meio da retirada do direito de fala, sob a falsa premissa de uma agressividade que marca o tom dos oprimidos.

Portanto, apesar de favorecer o acesso de grupos sociais marginalizados ao ensino superior, a política de cotas, por si só, não garante a superação de todos os obstáculos que envolvem ingressar e permanecer no ambiente acadêmico enquanto uma mulher negra periférica. As violências simbólicas provenientes desse espaço nos fazem refletir sobre como essas mulheres são mais vulneráveis ao adoecimento mental e mais suscetíveis a não concluírem seus cursos.

Nesse sentido, ações afirmativas adicionais precisam ser implementadas para garantir o sucesso acadêmico dessas mulheres, tais como políticas de assistência estudantil que tenham foco no apoio financeiro e emocional desse grupo específico de estudantes, outras políticas públicas que visem ampliar a presença de mulheres negras em posições de destaque nas universidades e práticas pedagógicas que promovam o letramento racial da comunidade acadêmica.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. p. 1-30.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARBOZA, Gabriel Cristina; PASQUANTONIO, Rosaine M. Barros; PINO, Nádia Perez. Racismo e negação do corpo negro: violência simbólica no ambiente escolar. **Cadernos da Pedagogia**, v. 11, n. 22, p. 5-16, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1118/388>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Lorena. Gênero, Raça e Classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. **Revista feminismos**, v. 6, n. 2, p. 37-52, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30386/17908>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, classe, raça: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2Cra%C3%A7a%2Cclasse%3Aopress%C3%B5es%20cruzadas>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. **Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres**. Relatório Executivo II. Fortaleza: CAEN/UFC, 2017a. disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. **Violência Doméstica, Violência na Gravidez e Transmissão entre Gerações**. Relatório Executivo III. Fortaleza: CAEN/UFC, 2017b. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_geracoes_out_17.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82622>. Acesso em: 24 ago 2024.

CORREA, Adriana Gonçalves; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CARVALHO, Érika Loureiro de. Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica. **Revista Práxis Educativa**, v. 17, e19407, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19407/209209217074>. Acesso em: 24 ago. 2024.

“Os meus olhos coloridos, me fazem refletir”: Vivências acadêmicas de mulheres negras em universidades públicas do Estado do Ceará

SILVA, Kelly da; FERRARI, Anderson. Narrativas e histórias de mulheres negras ex-cotistas do curso de Pedagogia. **Educação em Foco**, v. 14, n. 44, p. 36-50, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/5130> Acesso em: 11 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENTZ, Schirlei Russi Von. Mulheres negras cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina e as políticas de ações afirmativas: histórias modificadas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 6, n. 7, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/119/77>. Acesso em: 24 ago. 2024.

DELBONI, Maria Gertrudes Posmoser. **Desigualdade de Rendimentos no Brasil: uma decomposição a partir da PNADC**. Orientadora: Mariana Fialho Ferreira. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

FOGAÇA, Taís Gabriela de Souza; TRINDADE, Domingos Rodrigues da. Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4644>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GERMANO, Grazielly dos Santos; COSTA, Kênia Gonçalves. Representação social das mulheres, relação de gênero, raça e classe: o que as cotas têm a ver com isso? **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n. 3, p. 177-187, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1018>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 75-85, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27502306.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). **Por um feminismo afro-laino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 67-83.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Apresentação dos resultados do PNAD Contínua 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=publicacoes>. Acesso em: 11 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: alfabetização**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73108>. Acesso em: 11 ago. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. 1.ed. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 24 ago 2024.

MELLO, Luciana Garcia de. Da crítica à política: tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da UFRGS. **Revista Civitas**, v. 17, n. 2, p. 304-323, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/RCbXcw4kqSXrD6bNHhYqGXn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-29.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246/222>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SAAD, Layla. **Eu e a supremacia branca: como reconhecer o privilégio, combater o racismo e mudar o mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SOUZA, Izaque Pereira de; TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre negritude e reconhecimento: a importância do movimento Negro na (re)construção identitária da população negra Brasileira. **Revista Thêma et Scientia**, v. 11, n. 1, p. 42-62, 2021. Disponível em: <https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1274/1315>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Nota

ⁱ Pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio Científico e Tecnológico – FUNCAP (PRH-0212-00148.01.00/23) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (409892/2022-0).

Sobre as autoras

Adriana Castro Araújo

Doutora em Educação (2021), Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (2015) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2009). É professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) e do curso de Especialização em Gestão Universitária (GUNI), da UFC. Pesquisadora vinculada à linha Educação, Estética e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.

E-mail: adrianaaraujoufc@gmail.com. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7739-0471>.

Natália Viviane Santos de Menezes

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela UFC (2018). Nutricionista graduada pela Universidade Estadual do Ceará (2009). Servidora pública na UFC, vinculada ao Restaurante Universitário. Atua com ênfase em cultura alimentar, cozinha afrodescendente, controle de qualidade e sustentabilidade em Unidades de Alimentação e Nutrição, relações étnico-raciais em educação.

E-mail: nutrinatalia@ufc.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2442-2721>.

Tainah Pinheiro Moreira

Mestre em Administração e Controladoria (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará - UFC e graduada em Administração de Empresas (2008) pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Desenvolve pesquisas nas áreas de organizações, educação e políticas públicas.

E-mail: thpm@ufc.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7048-7836>.

Recebido em: 04/09/2024

Aceito para publicação em: 12/09/2024